

Apontamentos para uma Crítica Marxista ao *Capital no Século XXI* de Thomas Piketty

*Notes for a marxist critique of Thomas Piketty's Capital in the
Twenty-First Century*

Patrick Galba de Paula*

Resumo

Capital in the Twenty-First Century é obra lançada em inglês em março deste ano pelo francês Thomas Piketty. Grande parte dos comentários sobre o livro de Piketty termina por associá-lo, de alguma forma, ao outro *Capital*, de autoria de Karl Marx, havendo inclusive quem o aponte como uma continuação ou “atualização” das proposições marxianas. A crítica contida nestes breves comentários buscará apontar o equívoco deste tipo de interpretação, além de apontar algumas das principais conquistas de Piketty e as principais limitações da teoria contida em seu livro no que diz respeito a sua capacidade de explicação da sociedade capitalista contemporânea.

Palavras-chave: Piketty, distribuição de renda, teoria social marxista.

Abstract

Capital in the Twenty-First Century is the work published (in English) in March this year by the French Thomas Piketty. Much of the buzz about the book associates Piketty, somehow, to the other *Capital*, authored by Karl Marx, even being touted as a continuation or “update” of Marxian propositions. The criticism contained in these brief comments seeks to point out the misconception of this interpretation, while pointing out some of the major achievements of Piketty and the main limitations of the theory contained in his book regarding its ability to explain the contemporary capitalist society.

Keywords: *Piketty, distribution of income, Marxist Social Theory.*

* Mestre em políticas públicas e desenvolvimento pelo Instituto de Economia da UFRJ.
patrickgalba@gmail.com

Capital in the Twenty-First Century é a obra lançada em inglês em março deste ano¹, de autoria do economista francês Thomas Piketty, e que se tornou um sucesso de vendas sem precedentes na área de economia. Trata-se, provavelmente, do livro mais comentado da história recente.

Grande parte dos comentários sobre o livro de Piketty termina por associá-lo, de alguma forma, ao outro *Capital*, de autoria de Karl Marx, havendo inclusive quem o aponte como uma continuação ou “atualização”² das proposições marxianas. Esta associação é completamente equivocada, ainda que, em certos momentos, tenha sido incentivada pelo próprio autor (o que parece ser indicado pelo próprio título). Sua aceitação pressupõe a obliteração completa da teoria social de Marx.

A crítica contida nos breves comentários abaixo transitará em torno a este ponto para buscar apontar algumas das principais conquistas de Piketty, bem como as limitações fundamentais da teoria contida em seu livro, no que diz respeito a sua capacidade de explicação da sociedade capitalista contemporânea.

As descobertas empíricas de Piketty e sua importância

O estudo de Piketty sobre a evolução da desigualdade patrimonial (pois se refere à desigualdade do ponto de vista da propriedade de “bens” em geral) é o maior já feito até hoje, tendo utilizado uma enorme base de dados³. As descobertas empíricas deste estudo são o principal resultado científico alcançado por Piketty e sua equipe e representam o aspecto mais positivo de seu trabalho. Justamente por isso, esta foi a parte do livro que recebeu o maior número de críticas

¹ O original, em francês, foi lançado no ano passado e a tradução para o português tem lançamento previsto para novembro.

² Ver, por exemplo, as seguintes críticas: The Economist <<http://www.economist.com/news/finance-and-economics/21601567-wonky-book-inequality-becomes-blockbuster-bigger-marx>>; G1- <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/05/livro-de-economista-celebridade-sera-lançado-no-brasil-em-novembro.html>>.

³ Os dados utilizados por Piketty decorrem de três fontes fundamentais: a) Pesquisas publicadas nos últimos dez anos sobre os históricos de registros de imposto de renda (*income tax*), atualizando e expandindo a série histórica produzida pela pesquisa de Simon Kuznets sobre os EUA entre 1913 e 1948, para França, Grã-Bretanha, Canadá, Japão, Argentina, Espanha, Portugal, Alemanha, Suíça, Índia e China; b) O Chamado World Top Incomes Database (WTID), que é baseado no trabalho conjunto de cerca de trinta pesquisadores de todo o mundo e, segundo o autor, é o maior banco de dados históricos disponíveis sobre a evolução da desigualdade de riqueza (Piketty afirma que esta é a fonte primária de dados do seu estudo); e c) Dados retirados de estudos sobre impostos territoriais (*estate tax*) de países como EUA (segundo Piketty, esta abordagem foi introduzida por Robert Lampman, em 1962, para estudar mudanças na desigualdade de riqueza nos Estados Unidos entre 1922-1956), França, Grã-Bretanha, Alemanha e Suécia, além de dados sobre heranças destes países (Piketty, 2014, 16-20).

negativas de economistas “ortodoxos” e porta-vozes dos proprietários em geral⁴, tanto ou mais do que sua proposta de imposto “sobre o capital” e sobre heranças.

Em linhas gerais os dados trazidos por Piketty mostram que a sociedade capitalista sempre tendeu ao aumento da concentração de riqueza. Embora estas conclusões pareçam óbvias, é provável que causem uma verdadeira hecatombe no seio da economia ortodoxa, e possivelmente, da economia burguesa em geral, com a demolição da chamada “curva de Kuznets”.

A “curva de Kuznets” é um dos principais construtos teóricos nos quais se baseou até aqui a ortodoxia econômica. Sua inspiração vem de estudos realizados, a partir dos anos 1930, por Simon Kuznets, que, analisando dados retirados dos arquivos do fisco estadunidense (e também do Reino Unido), concluiu que seria possível observar, nos anos analisados (1913-1948), uma tendência à redução das desigualdades na distribuição da riqueza, após ter apresentado certo aumento das desigualdades no início do período (o que se expressaria graficamente num “U invertido”). Embora afirmasse, de forma categórica, que os dados apontavam neste sentido na economia estadunidense durante o período analisado, Kuznets era muito cauteloso quanto a qualquer possibilidade de generalização desta (possível) tendência, mesmo para a economia dos EUA⁵.

Mesmo assim o trabalho de Kuznets, divulgado nos anos 1950, foi recebido pelo *mainstream* econômico liberal como a prova definitiva de que o capitalismo seria um eficiente redutor de desigualdades. Após a apresentação das conclusões de seu trabalho, outros economistas procuraram extrair dele, abusivamente, uma espécie de “teoria geral” da evolução da distribuição da riqueza (chamada por eles de “distribuição de renda”), que se resumiria numa tendência de redução das desigualdades colocada pelo desenvolvimento capitalista moderno. A desigualdade de riqueza, em qualquer lugar, tenderia a aumentar nas etapas pri-

⁴ Os ataques da imprensa ligada aos grandes proprietários a Piketty não se limitaram à sua obra, mas expressando a decadência moral da classe que representam, também buscaram desqualificar o autor com acusações diversas sobre sua vida pessoal. No que diz respeito aos ataques às conclusões empíricas do livro, o principal ataque foi o organizado pelo editor do londrino *Financial Times*, Chris Giles, que mobilizou toda sua equipe para vasculhar o trabalho de Piketty em busca de erros e de inconsistências. Um detalhe: O objetivo declarado de Giles era, essencialmente, colocar em dúvida a afirmativa de Piketty de que a participação dos 1% mais ricos (nos EUA e no Reino Unido) estaria crescendo rapidamente nos últimos anos, já tendo os primeiros ultrapassando os 30% nos EUA (e os 25% na Europa). Tais ataques parecem objetivar a criação de uma grande confusão em relação às descobertas de Piketty e se assemelham muito aos operados em relação a outros temas científicos importantes, como o aquecimento global, por cientistas ligados às grandes corporações. Alguns destes ataques encontram-se documentados no trabalho de Oreskes & Conway (2010).

⁵ Numa das principais apresentações de suas conclusões Kuznets afirmava sua crença na capacidade distributiva do desenvolvimento capitalista, mas reconhecia que qualquer previsão neste sentido estaria muito mais próxima de um desejo (“*wishful thinking*”) do que do resultado empírico de suas pesquisas. Afirma ainda que o fundamento da tendência a redução das desigualdades era 5% empírico e 95% especulação (Kuznets, 1955, p. 26).

mitivas de desenvolvimento e a se reduzir após o alcance de certo patamar. A expressão gráfica deste processo mostraria uma espécie de “U invertido”, com um topo de desigualdade e concentração ao qual se seguiria uma tendência a uma melhor distribuição da riqueza.

Entre estes trabalhos que ao longo das décadas seguintes buscariam formular “explicações” para esta tendência geral supostamente “descoberta” com a “curva de Kuznets”, podem ser encontrados desde *Etapas do desenvolvido econômico*, o famoso “manifesto anticomunista” de W. W. Rostow⁶, até os recentes trabalhos da dupla Acemoglu e Robinson⁷, que, até o trabalho de Piketty, eram apresentados como as principais estrelas de certo “institucionalismo” a partir do qual toda uma série de “boas práticas” e “boas instituições” foram continuamente receitadas aos países “em desenvolvimento”. Em comum entre estas teorias está uma tentativa de explicação da curva de Kuznets, ou seja, explicar as causas de um desenvolvimento industrial distribuidor de riqueza, conforme supostamente ocorreria nos países capitalistas industriais, assim como os motivos para a miséria dos países do “terceiro mundo”, a qual derivaria do fato de que estes não teriam reproduzido as etapas observadas nos países capitalistas industriais de forma adequada.

Ou seja, mesmo baseada numa generalização abusiva de uma tendência cujo próprio autor acreditava ser “95% especulativa”, a “curva de Kuznets” tornou-se um dos principais fundamentos de muitas análises sobre distribuição e sobre desenvolvimento capitalista, tornando-se um dos pilares da uma economia apologética do capitalismo.

Os resultados de Piketty transformam a curva identificada por Simon Kuznets no início do século XX em parte de uma curva maior, na qual a tendência perceptível apontaria para um aumento das desigualdades e o período de “convergência” ou desconcentração de riqueza, observado por Kuznets, não passaria de uma exceção. Segundo Piketty, seria possível identificar, nos principais países

⁶ Rostow, que foi conselheiro de segurança nacional dos EUA entre 1966-69 (cargo posteriormente ocupado por figuras como Henry Kissinger e Condoleezza Rice), em sua obra buscou formular uma teoria que abarcasse qualquer tipo de “desenvolvimento” em uma série de etapas pré-definidas, as quais culminariam na sociedade do consumo de massas estadunidense do pós-guerra. Rostow parece se ressentir profundamente das críticas endereçadas ao seu trabalho por Kuznets, que o considerou uma generalização completamente vulgar e abusiva de suas pesquisas. Kuznets, aliás, em seus escritos sobre desenvolvimento, e em que pese suas posições liberais, apresentaria uma visão muito mais aberta, apontando que o “caminho” percorrido pelos países industriais dificilmente poderia ser reproduzido pelo “terceiro mundo”, do que decorreria a necessidade de “inovações institucionais” (citando entre elas o “comunismo”, o que surpreende vindo de um economista liberal ganhador do Nobel) para possibilitar qualquer tipo de desenvolvimento nestes países. Ver Kuznets (1973), e o prefácio e apêndice B de Rostow (1974).

⁷ Ver, por exemplo, Acemoglu & Robinson (2002).

“desenvolvidos”, ao longo dos séculos XVIII e XIX, e após 1970-80, uma tendência de concentração de riqueza.

A exceção seria o período de recuperação econômica dos dois pós-guerras. Neste período, segundo Piketty, uma combinação de altas taxas de crescimento econômico e populacional teria possibilitado uma situação inédita na história de um período de redução das desigualdades patrimoniais.

Para se ter uma ideia da situação atual: A participação dos 10% mais ricos no total da riqueza nacional já passa dos 70% (nos EUA e no Reino Unido) ou 60% (na França, Alemanha e Itália), enquanto os 50% mais pobres detêm cerca de 2% (nos EUA!) e de 4% (na Europa). Os 1% mais ricos participam com mais de 30% da riqueza nacional nos EUA e 25-30% nos países da Europa listados acima (Piketty, 2014, pp. 257-260 e 340-344). Piketty também apresenta dados para diversos outros países, incluindo os países nórdicos, China, Índia e alguns latino-americanos, como Argentina e Colômbia⁸.

Se Piketty tivesse resumido seu trabalho a divulgar suas descobertas, teria feito uma grande contribuição à ciência, destruindo de forma incontestável o suposto fundamento empírico de parte das ideologias apologéticas apresentadas como “ciência econômica” no que diz respeito à questão da distribuição. Entretanto, Piketty, ao tentar explicar seus achados, optou por construir a sua própria ideologia que, apesar de todo o valor dos dados nos quais se baseia, desemboca numa espécie de teoria de “equilíbrio geral”. Esta termina por mistificar o capitalismo, conferindo à sua dinâmica uma ilusória estabilidade que permitiria retirar do capital (relação social) qualquer centralidade na explicação da atual crise que sua sociedade atravessa.

A teoria de Piketty sobre o capitalismo: crescimento, estabilidade e possibilidade de um “equilíbrio injusto”, com contradições conciliáveis

Antes de analisar a teoria formulada no *Capital* de Piketty, é necessário tomar algumas precauções. Em primeiro lugar, a fim de evitar injustiças, é necessário reconhecer que Piketty adota, digamos, certa “elegância francesa”, ou seja, relativiza muito suas conclusões e sempre aponta muitos limites para suas construções teóricas e projeções. Entretanto, para que seja possível uma crítica, é necessário tomar como objeto o resultado final, ou seja, aquelas construções e projeções que são as efetivamente adotadas pelo autor. Em segundo lugar, muitas das críticas aqui apontadas não são específicas ao trabalho de Piketty, mas serviriam para boa parte do *mainstream* da economia, em seus diversos matizes. Na

⁸ O Brasil, como recentemente divulgado, não consta do estudo de Piketty devido à recusa do governo brasileiro em disponibilizar os dados da receita federal. Ver em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140513_piketty_brasil_ms.shtml>

ausência de uma crítica abrangente da economia contemporânea que possa servir de referência, será necessário apontar algumas delas aqui, mas entendendo que nestes casos não se trata de um problema específico de Piketty. Por fim, a terminologia de Piketty não será utilizada. Os termos usados por ele, depois de apresentados, serão expressos pelo que entendemos ser seu verdadeiro conteúdo. Este procedimento se justifica para facilitar a exposição e evitar a reprodução de algumas confusões que, ao que parece, decorrem de seus conceitos fluidos.

Em primeiro lugar, o conceito de capital de Piketty: para ele, capital é riqueza em geral, mais especificamente riqueza patrimonial, não importando seu papel no processo de produção. Neste “capital-riqueza” cabe qualquer coisa que seja acumulável: prédios públicos, casas próprias utilizadas como domicílios, coleções de arte e até mesmo joias de família⁹. Este aspecto foi muito comentado pelos críticos, mas aparentemente não foram ainda extraídas dele todas as consequências do ponto de vista da coerência interna e da capacidade explicativa da teoria decorrente.

Desta noção Piketty propõe alguns conceitos e busca relacioná-los:

1. O que Piketty chama de *Income / Capital Ratio* (expresso pela letra grega β), na verdade é uma razão entre o rendimento nacional e o estoque de riqueza patrimonial (chamaremos aqui de razão rendimento / riqueza). Trata-se da relação entre o rendimento nacional (todo o rendimento de um país durante um determinado período) e toda a riqueza acumulada, medida em anos (ou seja, a riqueza acumulada no país “a” pode equivaler a “n” anos de rendimento nacional). Quanto maior esta razão, maior a quantidade relativa de riqueza acumulada em determinado país (Piketty, 2014, p. 50).
2. A chamada *share of income from capital in national income* (expressa pela letra grega α), que na verdade (e apesar do nome) é a parcela do rendimento nacional que vira riqueza patrimonial (capital de Piketty), ou seja, que não é consumida (note-se que este *share* pode ter origem em salários, lucros, juros, qualquer tipo de rendimento) (Piketty, 2014, p. 52). Por exclusão, percebe-se que para Piketty, os “rendimentos do trabalho” são todos aqueles que não viram riqueza, ou seja, que são consumidos (o que apa-

⁹ Piketty não se esforça muito para convencer o leitor da adequação desta definição, apenas ressaltando seu caráter abrangente como algo positivo (Piketty, 2014, pp. 46-48). Coube a Robert Solow, aparentemente um dos mais ardentes defensores da teoria de Piketty, formular de forma mais clara uma justificativa. Solow tenta aproximar a noção de capital como riqueza da noção de capital como fator de produção, da economia neoclássica, afirmando que assim como as casas proveem “serviços habitacionais” (*housing services*) aos seus moradores, também a joalheria e as coleções de arte proveem “serviços estéticos” (*aesthetic services*). Ver: <<http://www.newrepublic.com/article/117429/capital-twenty-first-century-thomas-piketty-reviewed>>.

rentemente inclui todos os gastos improdutivos dos capitalistas, desde que não se convertam em “patrimônio”¹⁰).

3. O mais controverso, a *rate of return on capital* (expresso pela letra “r”). Segundo nos informa Piketty, sua “taxa de retorno sobre o capital mede o rendimento sobre o capital próprio ao longo de um ano, independentemente da sua forma jurídica” (Piketty, 2014, p. 52 – trad. nossa). Se considerarmos o conceito de capital de Piketty, poderemos concluir que sua taxa de retorno é uma espécie de “taxa de crescimento da riqueza”. É o que parece mostrar Piketty quando afirma tratar-se de uma noção muito diferente da taxa de lucros de Marx e de diversas outras teorias (Piketty, 2014, p. 52). Entretanto, quando vai efetivamente calcular esta taxa de retorno para os países que analisa (os “desenvolvidos”), Piketty adota um procedimento aparentemente muito restrito para o seu conceito de capital “riqueza” e que, no mínimo, precisaria ter sua adequação demonstrada¹¹:

At this stage it is important to point out that the capital shares and average rates of return indicated in Figures 6.1–4 were calculated by adding the various amounts of income from capital included in national accounts, regardless of legal classification (rents, profits, dividends, interest, royalties, etc., excluding interest on public debt and before taxes) and then dividing this total by national income (which gives the share of capital income in national income, denoted α) or by the national capital stock (which gives the average rate of return on capital, denoted r). By construction, this average rate of return aggregates the returns on very different types of assets and investments: the goal is in fact to measure the average return on capital in a given society taken as a whole, ignoring differences in individual situations (Piketty, 2014, p. 201-203).

De qualquer forma, observa-se que utilizando este procedimento (que também desconsidera os impostos e abate “o tempo gasto pelos capitalistas para ge-

¹⁰ É também o que parece indicar a seguinte passagem:

I turn now from the analysis of the capital/income ratio to the division of national income between labor and capital. The formula $\alpha = r \times \beta$, which in Chapter 1 I called the first fundamental law of capitalism, allows us to move transparently between the two. For example, if the capital stock is equal to six years of national income ($\beta = 6$), and if the average return on capital is 5 percent a year ($r = 5\%$), then the share of income from capital, α , in national income is 30 percent (and the share of income from labor is therefore 70 percent) (Piketty, 2014, p. 199).

¹¹ Dado o conceito fluido de capital de Piketty (riqueza), aparentemente seu critério para o cálculo desta taxa de retorno é muito restrito, ou seja, parece não incorporar toda a variação que pode ocorrer no estoque de riqueza. Neste caso, o procedimento de cálculo adotado para “r” geraria uma grave inconsistência.

rir sua riqueza”) Piketty calcula que a taxa de retorno do seu capital riqueza variou de 4 a 5 % nos séculos XVIII e XIX, e atualmente encontra-se entre 3 e 4 % (pois teria se reduzido no pós-guerra).

4. “Primeira lei do capital” ($\alpha = r \times \beta$). Trata-se de uma mera identidade contábil, a-histórica, onde por construção se relacionam os conceitos descritos acima (ou seja, não se trata de uma verdadeira “lei do capital”) (Piketty, 2014, p. 52). Indica que a parcela do rendimento nacional que vira riqueza patrimonial (α) equivale à “taxa de acumulação de riqueza” (r) multiplicada pela razão rendimento / riqueza (β). Aparentemente, a função desta “lei” na teoria de Piketty é relacionar seus conceitos com a razão (β), que depois será relacionada com as taxas de poupança e de crescimento.
5. “Segunda lei do capital” ($\beta = s / g$). Esta lei, aparentemente derivada de uma série de pressuposições adotadas por Piketty¹², significa que a razão rendimento / riqueza, para o autor, é função da relação entre taxa de poupança (s) e taxa de crescimento (g – que inclui o crescimento do produto [*output*] e o crescimento demográfico). Piketty afirma que esta lei não é uma mera identidade contábil, mas “representa um estado de equilíbrio para o qual uma economia tenderá se a taxa de poupança é ‘s’ e a taxa de crescimento ‘g’” (Piketty, 2014, p. 169 – trad. nossa). Em suma o que Piketty está dizendo com esta lei é que, dadas as taxas de poupança e de crescimento e os demais pressupostos vistos anteriormente, será possível prever uma razão rendimento / riqueza, ou seja, um nível de desigualdade de riqueza de equilíbrio em uma determinada economia.
6. Por fim, Piketty recorre às funções de produção agregada¹³ para expor o que seria, na sua opinião, a razão para a manutenção das taxas de crescimento e sua “relativa independência” da evolução da distribuição (Piketty, 2014, cap. 6). Estima, segundo ele, baseado nas características do progresso técnico no século XX, que a elasticidade de substituição de trabalho por capital será no século XXI algo entre 1.3 e 1.6 (Piketty, 2014, p. 221). Em termos concretos, Piketty está dizendo que, devido às características do progresso técnico (*caprices of technology*), a taxa de retorno do seu capital-ri-

¹² Ver Stravelakis (2014). O próprio Piketty afirma que esta “segunda lei” só será válida se: a) As taxas em questão sejam vistas no longo prazo (como uma média de longo prazo); b) Não haja uma importância relevante de recursos naturais em sentido estrito (como terras sem qualquer benfeitoria), pois neste caso o resultado da evolução patrimonial não corresponderá à poupança alguma; c) A variação do “preços relativos” dos bens acumuláveis (patrimônios, que Piketty chama de capital) não sejam relevantes no longo prazo, ou seja, desde que não haja uma valorização (ou desvalorização) desproporcional dos imóveis, por exemplo (Piketty, 2014, p. 168-169).

¹³ Isto em si já é um aspecto seriamente criticável. Piketty não apenas recorre a este tipo de modelo em sua exposição, mas também afirma que após os anos 1970 o *neoclassical growth model* de Solow obteve uma “vitória definitiva”, encerrando o debate entre as “duas Cambridges” - o que possivelmente explica a simpatia de Solow pela teoria contida no livro (Piketty, 2014, p. 231). Para uma crítica abrangente deste tipo de função, ver Shaikh (1980).

queza não será substancialmente afetada¹⁴ pela concentração de riqueza até que “não haja mais o que comprar”¹⁵. Ao mesmo tempo, Piketty parece pressupor que as taxas de crescimento também não são afetadas pelo aumento da concentração de riqueza¹⁶, por motivos que não são demonstrados em momento algum. Como as taxas de retorno, crescimento e poupança não serão substancialmente afetadas por fatores como a distribuição e o emprego, mas basicamente apenas pela técnica, somente um nível altíssimo de concentração poderá produzir um “equilíbrio”.

Ou seja, como a taxa de retorno (e, logo, as taxas de poupança e de crescimento) não será afetada substancialmente pelo aumento de concentração da riqueza, então tornar-se-ia possível prever o estado de “equilíbrio” da distribuição baseando-se fundamentalmente em estimativas das possibilidades de novos usos do capital postas pelas características do progresso técnico. Este “equilíbrio” corresponderia a uma altíssima concentração de renda (bem mais alta que a atual) nos países “desenvolvidos”.

Assim surge a já famosa relação “ $r > g$ ”: como nestes países as “projeções” (completamente externas à teoria, ressalte-se) são de estacionamento demográfico, baixo crescimento do produto (*output*) e manutenção da taxa de poupança, e como a taxa de retorno do capital-riqueza não seria afetada substancialmente pela evolução da distribuição (aumento da concentração de riqueza) durante um longo período, então fatalmente a taxa de retorno (r), que atualmente estaria entre 3 e 4 %, permaneceria mais alta do que a taxa de crescimento (g), de modo a levar a uma maior concentração da riqueza ao longo de boa parte do século XXI.

Piketty então chega às suas conclusões sobre a dinâmica do capitalismo: Trata-se de um sistema estável e eficiente para promover o desenvolvimento e o crescimento da riqueza, mas, salvo situações excepcionais como a do pós-guerra, gerador de concentração desta riqueza. A instabilidade gerada pela frustração das camadas mais pobres com a concentração de riqueza poderia levar a duas saídas, em termos históricos: a) descontentamento crescente das camadas mais

¹⁴ “experience suggests that the predictable rise in the capital/income ratio will not necessarily lead to a significant drop in the return on capital” (Piketty, 2014, p. 233).

¹⁵ “As noted, such an inegalitarian spiral cannot continue indefinitely: ultimately, there will be no place to invest the savings, and the global return on capital will fall, until an equilibrium distribution emerges. But that can take a very long time, and since the top centile’s share of Parisian wealth in 1913 already exceeded 70 percent, it is legitimate to ask how high the equilibrium level would have been had the shocks due to World War I not occurred” (Piketty, 2014, p. 366).

¹⁶ “For the global growth rate, I have used the historical estimates and projections discussed in Part One. For the global rate of return on capital, I have used the estimates for Britain and France in the period 1700–2010, which were analyzed in Part Two. For early periods, I have used a pure return of 4.5 percent, which should be taken as a minimum value (available historical data suggest average returns on the order of 5–6 percent). For the twenty-first century, I have assumed that the value observed in the period 1990–2010 (about 4 percent) will continue” (Piketty, 2014, p. 353).

pobres e, logo, a uma instabilidade política e possibilidade de “revoluções”; b) expansão colonial dos países desenvolvidos¹⁷.

Para aplacar o descontentamento, ao mesmo tempo evitando novas guerras “neo-coloniais”, seria então necessária uma saída política que ajustasse o patamar de equilíbrio da distribuição para níveis mais “seguros”, um remédio anti-frustração dos pobres, que possibilitasse uma estabilidade política ao lado de estabilidade econômica. Ressalte-se que *o fundamento teórico de tal possibilidade evidentemente adviria do reconhecimento da existência de algum equilíbrio tendencial*, que poderia então ser politicamente ajustado para patamares “mais humanos”.

Uma teoria mistificadora que resulta numa apologia do capitalismo

Piketty, ao contrário do que afirma, não deduz os aspectos fundamentais de sua teoria dos dados empíricos, mas de estimativas feitas por ele, fortemente influenciadas por seus pressupostos (muitos dos quais, na verdade, são as ideologias da economia neoclássica). Este é o caso, por exemplo, da estimativa de que, venha o que vier, as possibilidades de utilização do capital dadas pelos “caprichos da técnica” permitirão que as “taxas de retorno”, crescimento e poupança sigam sem qualquer influência substancial da concentração de riqueza por muito tempo. Não há nada em seu livro que justifique esta previsão, a não ser as “estimativas” feitas pelo autor.

Com isto Piketty se permite, por exemplo, manter previsões de crescimento da economia mundial que foram produzidas de forma completamente independente das suas previsões no que diz respeito à concentração de riqueza, ou seja, de modo a não considerar a tendência de concentração prevista por ele mesmo, tudo isto se baseando em estimativas da “elasticidade” de substituição do trabalho por capital que, segundo ele próprio, são altamente especulativas (Piketty, 2014, p. 221).

O resultado é que, para a teoria de Piketty, as relações sociais de produção capitalistas tornam-se irrelevantes do ponto de vista do que ocorre com a economia, com as crises e com o crescimento (ou a falta dele). Tudo é determinado pelas características do progresso técnico. Este, por sua vez, é visto como algo completamente “neutro”, e estável. Secundariamente, influenciaria também o crescimento demográfico, que também aparece como um fenômeno independente, sem qualquer influência das relações de produção.

¹⁷ A segunda possibilidade, entretanto, é praticamente descartada para a atualidade por Piketty devido, segundo ele, à aproximação tecnológica existente atualmente entre países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento” (Piketty, 2014, p. 460).

Além disso, o que pode ser ainda mais grave (do ponto de vista da coerência interna), Piketty parece trair sua própria conceituação de capital quando vai calcular a taxa de retorno “r” e a participação do capital nos rendimentos (α), utilizando uma forma aparentemente muito mais restrita do que pareceria adequado. Piketty precisaria, no mínimo, demonstrar a adequação desta forma de cálculo ao seu conceito.

A estranha forma de cálculo adotada por Piketty resulta numa “taxa de retorno” quase estável (varia, desde tempos imemoriais, entre 3 e 6%), que se aproxima de uma “lei da natureza”. A certa altura do livro, Piketty parece esquecer as diferenças entre sua taxa de retorno e a taxa de lucros de Marx, tentando apontar, com uma impressionante incompreensão da teoria social marxiana (além de uma grande arrogância, vindo de alguém que afirma não ter lido a obra do alemão), que Marx teria supostamente se equivocado¹⁸ ao prever uma tendência de queda das taxas de lucros e, logo, o caráter instável e histórico do modo de produção capitalista (Piketty, 2014, pp. 227-230).

Já na introdução Piketty ataca Marx e o marxismo, afirmando que em suas teses não haveria espaço para a possibilidade de que “avanços tecnológicos duráveis e constantes aumentos de produtividade gerassem um contrapeso à concentração de capital” (Piketty, 2014, p. 10), levando à “previsão” equivocada (do marxismo) de que:

[...] either the rate of return on capital would steadily diminish (thereby killing the engine of accumulation and leading to violent conflict among capitalists), or capital's share of national income would increase indefinitely (which sooner or later would unite the workers in revolt). In either case, no stable socioeconomic or political equilibrium was possible (Piketty, 2014, pp. 9-10).

Duas observações são necessárias aqui. Em primeiro lugar, qualquer um que conheça minimamente a teoria contida n’*O Capital*, de Marx, sabe que, ao contrário do que afirma Piketty, a lei de tendência de queda da taxa de lucros apontada por Marx decorre justamente da tendência observada no modo de produção capitalista de aumento da composição técnica do capital (meios de produção / força de trabalho), logo da produtividade (no sentido de Marx) e da conversão deste aumento num aumento da composição valor (capital constante / capital variável), ao que Marx chamaria de aumento da composição orgânica do capital. Entretanto, aumentos de produtividade não modificam o valor produzido

¹⁸ Piketty afirma que a tese de Marx só seria válida em condições que se aproximassem da suposta “distribuição de equilíbrio”, extremamente desigual, à qual o capitalismo nunca teria chegado.

na totalidade, mas reduzem os valores unitários, dado que são produzidas mais mercadorias com o mesmo valor em termos de trabalho.

Além disso, Marx analisa também as contratendências a esta lei, ou seja, considera os fenômenos que dão origem ao “crescimento sustentado na produtividade” descritos pela economia burguesa (aumento da mais-valia relativa, compressão dos salários abaixo do valor da força de trabalho, diminuição do valor dos meios de produção, superpopulação relativa, etc.). No caso da mais-valia relativa¹⁹, por exemplo, Marx nota a possibilidade de que esta decorra de avanços organizativos e melhoria na divisão do trabalho, etc. Este tipo de aumento da produtividade, entretanto, aparece muito mais na etapa da manufatura, anterior ao período de predomínio da grande indústria, que caracteriza o capitalismo. Após o surgimento da indústria, mesmo possíveis avanços organizativos dependem em geral do progresso técnico, da incorporação de novas máquinas ao processo de produção que fornecem a estas mudanças uma base material. O que Piketty chama de “aumentos de produtividade do capital”, embora seja uma definição obscura (quem tem produtividade é a força de trabalho, e não o “capital em geral”), está completamente previsto na teoria de Marx. De qualquer forma, todos estes fenômenos são limitados, enquanto o aumento da composição orgânica não tem limites no capitalismo, por isso seu caráter de tendência.

Mas o ponto fundamental aqui é que a teoria do valor de Marx, ao diferenciar claramente as partes do capital que geram a sua valorização (capital variável – parcela que visa adquirir o uso da força de trabalho) e as que permanecem constantes, permite compreender a origem dos processos de produção de valor e sua dinâmica. Para manter a sua lógica crescente de apropriação da mais-valia, o capital deve aumentar a sua magnitude. Em uma dada taxa de mais-valia, uma diminuição relativa da parcela do capital que gera valor (capital variável, representado pelo valor da força de trabalho) e, portanto, do mais-valor, resultará numa redução proporcional da massa de mais-valia produzida em relação ao capital total adiantado.

A teoria construída por Piketty o impossibilita de compreender tudo isto, pois parte de uma noção de capital extremamente mistificadora, a-histórica, e não tem uma teoria do valor (e nem do capital, da produção capitalista).

Piketty é levado a ignorar completamente o efeito da concentração de riqueza no processo de produção (considerando que, aconteça o que acontecer do

¹⁹ Mais-valia relativa é uma forma obtenção de uma situação mais favorável ao capital (elevação na taxa de exploração) através da redução do valor das mercadorias que correspondem ao salário dos trabalhadores (capital variável), ou seja, reduzindo o tempo de trabalho necessário para sua produção. Trata-se de uma forma de aumento da exploração do trabalho, mas que ao mesmo tempo permite que o trabalhador siga consumindo quantidades iguais ou maiores de mercadorias (valores-de-uso) do que antes. Em geral, é associada com a introdução de máquinas no processo de trabalho que possibilitem a redução do valor das mercadorias de consumo dos trabalhadores, mas também pode advir de mudanças organizativas e na divisão do trabalho.

ponto de vista da distribuição, a “taxa de retorno” e o crescimento não serão afetados substancialmente) justamente por não possuir recurso algum em sua teoria para “medir” esta influência. Diante desta impossibilidade, Piketty recorre a hipóteses simplificadoras que vão abstrair de seu “modelo” justamente os aspectos fundamentais da realidade, qual sejam, as influências das relações sociais de produção no desenvolvimento social. O problema real a ser analisado, abstraído por Piketty, é a causa do baixo crescimento e das crises que, segundo ele próprio, estariam na origem do aumento da velocidade da concentração²⁰. Estas causas em momento algum são discutidas por Piketty.

O fenômeno analisado por Piketty, uma tendência de aumento da concentração de riqueza derivada de uma tendência à retirada de recursos do processo de produção em direção a gastos “patrimoniais” é real e parece vir ganhando importância crescente²¹. Economistas marxistas vêm se ocupando dele desde os anos 1970²². Entretanto, o que fica subdesenvolvido (na verdade é “abstraído”) na teoria de Piketty é, justamente, a resposta à fundamental questão subjacente: Por que, com toda colossal riqueza produzida no mundo capitalista, com o enorme excedente extraído pelo capital e com a substancial taxa de poupança, não é possível neste momento, em países como os da Europa Ocidental e os EUA, obter taxas de crescimento que ultrapassem substancialmente os 1% em média previstos por Piketty, e por que uma proporção crescente do capital é retirado do processo produtivo em direção à financeirização, processos fictícios de valorização, e gastos “patrimoniais” improdutivos?

A resposta mais provável a esta questão parece vir justamente da tendência à queda da taxa de lucros apontada por Marx. A taxa de lucros do capital, conforme observado por Marx (relação social de produção com a finalidade de obter uma valorização), refere-se especificamente à riqueza que participa do processo de produção. Esta, ao contrário da “taxa de retorno” da riqueza de Piketty, tem

²⁰ “The return to a structurally high capital/income ratio in the twenty-first century, close to the levels observed in the eighteenth and nineteenth centuries, can therefore be explained by the return to a slow-growth regime. Decreased growth—especially demographic growth—is thus responsible for capital’s comeback”. (Piketty, 2014, p. 166).

²¹ Nem mesmo as obras de Marx parecem estar livres deste processo. Recentemente, um volume de *O Capital* foi leiloadado por cerca de R\$ 100 mil <<http://www.theguardian.com/books/books-blog/2014/jul/16/karl-marx-das-kapital-sold-for-40000-dollars>>. Os capitalistas buscam formas de “salvar” partes de sua riqueza, retirando-a do processo de produção, esperando tempos melhores. Parece-nos que a tarefa da ciência, antes de pensar em previsões para o próximo século, seria explicar porque isto ocorre hoje.

²² Ver o debate sobre o aumento dos gastos improdutivos dos capitalistas, em especial em Shaikh & Tonak (1996), e em Harman (2007).

apresentado uma evolução que parece confirmar em larga medida as tendências apontadas por Marx 140 anos atrás²³.

Estudos recentes²⁴ baseados na noção marxista de capital, apesar das dificuldades e diferenças importantes, têm demonstrado o seguinte sobre a evolução das taxas de lucros: a) queda em geral no final do século XIX e início do século XX; b) recomposição nos dois pós-guerras até meados da década de 1960 (o pico varia entre 1963-1970); c) queda entre a década de 1960 e meados dos anos 1980; d) recomposição entre 1990-1997, sem restabelecer os níveis de 1963; e) parte dos estudos aponta para queda a partir de 1997 até os dias atuais²⁵. Especialmente interessante no que diz respeito ao trabalho de Piketty é o estudo mais recente do argentino Esteban Maito²⁶, que, utilizando os próprios dados de Piketty (mas a noção marxiana de capital), mostrou a trajetória de queda das taxas de lucro no Reino Unido e na Alemanha desde o século XIX até 2012, comprovando assim que a crítica de Piketty à lei de tendência da queda da taxa de lucros descoberta por Marx não vem de seus dados, mas de sua noção obscura de capital (ou de sua forma de cálculo, como apontado acima).

Recorrendo à teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista (e desenvolvendo estudos a partir dela), poderemos perceber que as origens do processo analisado por Piketty não são os “caprichos” do progresso técnico ou da evolução demográfica determinando taxas de crescimento baixo, nem o fato de que muita riqueza esteja sendo produzida em relação à satisfação de necessidades sociais, mas sim que *o atual nível de produção se torna progressivamente incompatível com a sua forma capitalista*, ou seja, com a apropriação privada do excedente produzido pelo trabalho social.

É neste sentido que, como já foi apontado anteriormente²⁷, o conceito fluido de capital de Piketty e o desenvolvimento teórico decorrente levam a uma teoria que obscurece as origens dos fenômenos que busca analisar, e que, soma-

²³ Nunca é demais ressaltar que a uma lei de tendência pode ser contrariada. Marx resalta este aspecto, que se deve ao fato de que as tendências presentes em níveis mais abstratos de análise podem (em um determinado momento histórico-concreto) se efetivar ou ser negadas, sobrepostas por outras tendências. A reconstrução do real no pensamento depende de que se descubram quais as tendências fundamentais mais abstratas que, histórica e logicamente, determinaram que o real fosse como ele é. Isto só pode ser determinado ao final da análise, caso ela permita compreender e explicar o real de forma satisfatória. “Satisfatória”, aqui, pode significar duas coisas: ou a reconstrução “lógica” coincide com o processo histórico (i.e., as tendências se confirmam), ou, ainda que não coincidindo, esta não-coincidência é explicada (é necessária) dadas as demais determinações do processo histórico (Marx, 2011, p. 56).

²⁴ Ver Li et al (2007), Roberts (2012) e Maito (2013).

²⁵ Uma questão importante que aparece nos trabalhos de Shaikh & Tonak (1996) e de Mohun (2006) é se os gastos improdutivos dos capitalistas poderiam estar, eles próprios, provisoriamente, obstando a tendência de queda geral das taxas de lucro durante certo período.

²⁶ Disponível em: <<http://mpira.ub.uni-muenchen.de/55839/>>.

²⁷ Ver a nota de David Harvey: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/05/24/harvey-reflexoes-sobre-o-capital-de-thomas-piketty/>>.

da às outras teses do *mainstream* econômico presentes em seu trabalho, resultam numa clara apologia do capitalismo.

A política de Piketty: Uma tentativa de recuperar os movimentos “dos 99%” para a base de apoio da centro-esquerda europeia

Piketty fez questão de terminar o seu livro com alguns capítulos onde propõe uma política para evitar que as tendências concentradoras de riqueza do capitalismo promovam crescente instabilidade política.

A principal proposta apresentada é a de um imposto mundial sobre a riqueza. Em termos concretos, o que aparece é uma proposta para a Europa (UE): uma taxa de 1% para fortunas entre 1 e 5 milhões de Euros e de 2% para fortunas acima de 5 milhões, gerando assim uma receita de cerca de 2,5% do PIB europeu (Piketty, 2014, p. 528).

Embora a proposta tenha sido amplamente criticada como “utópica” (até mesmo pelo próprio autor), não parece nem de longe uma proposta suficiente sequer para o objetivo ao qual, de acordo com a teoria de Piketty, dever-se-ia propor: o de estabelecer uma suposta “distribuição de equilíbrio” mais justa do que àquela para a qual o capitalismo estaria tendendo.

A proposta em si aparece dentro de um escopo mais amplo, que é o de reformular o programa da social-democracia europeia. Diante da crise econômica e das medidas de austeridade apresentadas pelos governos europeus para viabilizar sua política de “salvamento” dos capitalistas, a centro-esquerda europeia, ao aplicar rigorosamente os mesmos planos, praticamente eliminou toda a diferenciação que tinha com os setores de direita.

Piketty faz parte de um grupo de economistas ligados aos partidos de centro-esquerda da Europa que recentemente propuseram, como solução para as crises de endividamento dos países periféricos da União Europeia, uma “europeização” das dívidas²⁸.

Agora, diante do desgaste destes setores frente à crescente insatisfação popular com a situação econômica, os cortes de gastos públicos e as políticas de austeridade, este tipo de proposta de taxação de riquezas vem aumentando seu espaço político, tendo aparecido inclusive no programa de François Hollande nas últimas eleições gerais na França (sendo rapidamente esquecida após sua chegada ao Eliseu).

²⁸ Ver em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/may/02/manifesto-europe-radical-financial-democratic>>. Um detalhe: fazer um pool da dívida, reestruturá-la, pressupõe mantê-la e implica no abandono de uma das bandeiras fundamentais dos trabalhadores que se mobilizaram no continente europeu, como na Grécia e Espanha e na greve geral europeia de 14 de novembro de 2013: A suspensão das dívidas. A função da proposta parece ser viabilizar o atendimento dos banqueiros ao mesmo tempo em que joga o problema para o futuro.

Atualmente a população europeia percebe cada vez mais que a situação de crise para a qual se encaminha o sistema capitalista é insustentável. Recentemente, nas eleições para o parlamento europeu, o crescimento de setores anti-União Europeia foi enorme. Em alguns países, como na Espanha e na Grécia, houve um importante crescimento da esquerda, impulsionado pelos recentes movimentos “dos 99%”, como os indignados na Espanha. Em outros, uma extrema-direita xenófoba capitalizou o sentimento “antieuropeu”. Na Alemanha, por exemplo, o partido “eurocético” *Alternative für Deutschland* (AfD), formado principalmente por intelectuais, acadêmicos e setores de classe média que defendem o fim das “esmolos” e gastos com as economias periféricas do Euro, além de exigirem um retorno ao Marco (moeda alemã anterior ao Euro), obteve um impressionante crescimento. Trata-se de uma proposta completamente “romântica” e deslocada da realidade, uma vez que a Alemanha deve inteiramente sua situação remediada em relação ao resto da Europa ao processo de integração²⁹. Mas é curioso que setores da classe média busquem este tipo de saída, pois isto mostra que percebem cada vez mais que a situação atual é insustentável, e passam a buscar alguma “saída milagrosa” para salvar o capitalismo e sua “estabilidade” no continente.

Este parece ser, em linhas gerais, o mesmo objetivo de Piketty. Sua proposta concreta vai no sentido oposto à do AfD, defendendo uma ampliação da integração europeia. Mas seu objetivo estratégico se assemelha ao do partido alemão: a busca por uma saída milagrosa que recupere a estabilidade do capitalismo. Piketty busca, com sua retórica e suas propostas, dialogar com os setores mais radicalizados da juventude, dos trabalhadores e da classe média, apenas para disputá-los para um projeto político que os recoloque nos marcos políticos do sistema capitalista e da defesa da União Europeia, atraindo-os de volta para a base de apoio da centro-esquerda.

Conclusões

O capitalismo de Piketty não tem classes sociais nem contradições insolúveis. Como a concentração de riqueza não se relaciona com o crescimento, as crises (assim como as guerras imperialistas, etc.) são um fenômeno externo à sua natureza, à sua dinâmica fundamental. Se com seus dados Piketty lançou luz sobre um fenômeno importante, que expressa aspectos fundamentalmente contraditórios do modo de produção capitalista, com sua teoria Piketty não apenas mistifica o capital, obscurecendo suas contradições, mas também se vê impossi-

²⁹ É o que aponta, por exemplo, o recente estudo feito por Michael Roberts, disponível em: <<http://thenextrecession.wordpress.com/2013/09/22/german-capitalism-a-success-story/>>.

bilitado de explicar aspectos fundamentais do funcionamento do capitalismo, como o caráter cíclico de suas crises.

O capitalismo aparece como um sistema eficiente e estável. Não é que não exista instabilidade. Mas esta decorre apenas do sentimento de insatisfação dos pobres ao ver a fortuna dos milionários aumentando vertiginosamente, ou seja, da falta de uma “meritocracia” do ponto de vista da distribuição. As crises, demissões, desemprego, os cortes de serviços sociais característicos da “austeridade” atual, nada disso decorre do processo de acumulação capitalista e, portanto, deve ter sua origem em erros pontuais, desajustes ou questões menores, como desregulamentação financeira, etc³⁰.

Esta instabilidade meramente “política” poderia, portanto, ter uma solução também política. Como, para Piketty, o suposto “ponto de equilíbrio” da distribuição (cuja existência o autor também falha em demonstrar) seria muito “injusto”, bastaria introduzir artificialmente um mecanismo de ajuste para elevar este ponto. Por isso, sua proposta de imposto sobre o capital aparece como uma forma de salvar o capitalismo da insatisfação dos pobres através de um “equilíbrio estável” construído politicamente.

O fato de ter formulado uma resposta para este sentimento de angústia de amplos setores da população com a visível insustentabilidade do capitalismo atual (que não se restringe, obviamente, à Europa) é o que parece explicar o sucesso de vendas e a popularidade do livro de Piketty. Trata-se, entretanto, de uma resposta ilusória.

Obviamente, não faria qualquer sentido, do ponto de vista dos trabalhadores e dos socialistas, contrapor-se a propostas como as de Piketty. O problema, aqui, é apresentá-las como uma suposta “alternativa”, quando na verdade, mesmo admitindo que tal medida fosse adequada, dificilmente se mostraria possível nos marcos do capitalismo, mantendo o poder das corporações, haja vista a luta sangrenta e cada vez mais aberta destes setores sociais contra os direitos sociais, que na Europa assume atualmente a forma de uma verdadeira guerra social.

Cabe justamente a trabalhadores e socialistas a tarefa de apresentar de uma alternativa real à crise do capital para todo o amplo setor da população que

³⁰ Vale notar que, mesmo entre visões consideradas por muitos como “próximas do marxismo” e na esquerda socialista, este tipo de explicação da crise tem ganhado terreno. Robert Boyer, por exemplo, apesar de algumas críticas pontuais, celebra em seu artigo a confluência de perspectivas entre Piketty e a escola parisiense da regulação <<http://regulation.revues.org/10352>>. Outro exemplo vem da recente polémica ocorrida no *Socialist Party* britânico, cuja direção vem defendendo uma leitura que explica a crise econômica atual principalmente por “outros fatores”, como a financeirização, descartando sua relação com as leis tendenciais do capitalismo apontadas por Marx, chegando ao ponto de considerar esta explicação “dogmática”. Ver aqui: <<http://www.socialistparty.org.uk/articles/17458/20-09-2013/the-causes-of-capitalist-crisis-reply-to-andrew-kliman>>.

olha para posições como as de Piketty com interesse. Tal alternativa, ainda que, necessariamente deva aproveitar as forças produtivas desenvolvidas até aqui pelo trabalho humano, não poderá ser outra senão uma que passe por retirar o processo de produção de sua forma capitalista atual, planejando de forma racional os seus resultados para que a enorme riqueza produzida possa ser utilizada em prol do bem estar da ampla maioria, ao invés de se transformar em “reserva patrimonial” de uma ínfima minoria. Como poderiam estes setores apresentar esta alternativa, se ao mesmo tempo estiverem presos a tentativas ilusórias de salvação da apropriação privada?

Referências

- ACEMOGLU, Daron & ROBINSON, James. The Political Economy of the Kuznets Curve. In: *Review of Development Economics*, 6 (2), 183-203, 2002.
- HARMAN, Chris. A taxa de lucro e o mundo atual. 2007. Trad. por Sergio Ricardo Alves de Oliveira. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/harman/2007/mes/taxa.htm>>. Acessado em: 12/08/2014.
- KUZNETS, Simon. Economic Growth and Income Inequality. In: *The American Economic Review*, Vol. XLV, 1, Mar-1955.
- _____. Modern Economic Growth: Findings and Reflections. In: *The American Economic Review*, Vol. 63, 3, Jun-1973.
- LI, Minqi *et al.* Long Waves, Institutional Changes and Historical Trends: A Study of the Long Term Movement of the Profit Rate in the Capitalist World Economy. In: *Journal of World-Systems Research*, Volume XIII, Number 1, pp. 33-54, 2007.
- MAITO, Esteban. La transitoriedad historica del capital: La tendencia descendente de la tasa de ganância desde el siglo XIX. In: *Razón y Revolución*, 26, Outubro de 2013.
- MARX, Karl(. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica à economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOHUN, Simon. Distributive Shares in the US Economy, 1964-2001. In: *Cambridge Journal of Economics*, volume 30, número 3, 2006.
- ORESQUES, Naomi & CONWAY, Eric. *Merchants of Doubt*. New York: Bloomsbury Press, 2010.
- PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge-London: Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- ROBERTS, Michael. A World Rate of Profit. 2012. Disponível em: <<http://thenextrecession.files.wordpress.com/2012/09/a-world-rate-of-profit.pdf>>. Acessado em 12/08/2014.
- ROSTOW, Walter W. *Etapas do desenvolvimento econômico: Um manifesto não-comunista*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SHAIKH, Anwar. Laws of Production and Laws of Algebra - Humbug II. In: *Growth, Profits and Property*. Edward J. Nell (ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SHAIKH, Anwar & TONAK, E. Ahmet. *Measuring the Wealth of Nations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

STRAVELAKIS, Nikos. Piketty s' Jane Austin versus Marx s' Charles Dickens. 2014. Disp.: <https://www.academia.edu/7886678/Piketty_s_Jane_Austin_versus_Marx_s_Charles_Dickens_A_Short_Note>. Acessado em 06/08/2014.

Recebido em outubro de 2014

Aprovado em novembro de 2014